Portaria n.º201801000871 de 17/08/2018 - Proc n.º 002018730016132/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Silvio Jorge Macedo Costa – CPF: 607.783.852-72
Marca: VW/SPACEFOX TREND GII MT Tipo: Pas/Automóvel
Portaria n.º201801000873 de 17/08/2018 - Proc n.º 002018730016183/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Jacob Bezerra Rodrigues – CPF: 118.726.402-49
Marca: TOYOTA/COROLLA GLI UPPER AT 1.8 Tipo: Pas/Automóvel
Portaria n.º201801000875 de 17/08/2018 - Proc n.º 042018730007543/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Edinaldo Rodrigues de Sousa – CPF: 195.617.332-34
Marca: I/FIAT CRONOS PREC 1.8 AT9, FLEX Tipo: Pas/Automóvel
Portaria n.º201801000877 de 17/08/2018 - Proc n.º 002018730014691/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Reinaldo Jose Moura da Fonseca – CPF: 101.426.222-49
Marca: CHEVROLET/PRISMA 1.4L LT LTZ, AT Tipo: Pas/Automóvel
PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º201804005220, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016162/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Maria Teresinha Coelho Palha – CPF: 043.846.442-72
Marca/Tipo/Chassi
NISSAN/KICKS SV CVT/Pas/Automovel/94DFCAP15JB145020
Portaria n.º201804005222, de 17/08/2018 - Proc n.º 32018730007300/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Cléber Bezerra Santos – CPF: 288.038.172-04
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69V0K117114
Portaria n.º201804005224, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016298/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Elizeu Cardias da Costa – CPF: 841.650.652-34
Marca/Tipo/Chassi
VW/VOYAGE 1.0/Pas/Automovel/9BWDA05U9BT138377
Portaria n.º201804005226, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016273/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joao Carlos Ferreira de Carvalho – CPF: 256.853.842-20
Marca/Tipo/Chassi
GM/MERIVA MAXX/Pas/Automovel/9BGXH75X0BC141758
Portaria n.º201804005228, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016269/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Onaldo de Jesus Lima Ferreira – CPF: 190.162.392-00
Marca/Tipo/Chassi
VW/POLO SEDAN 1.6 COMFOR/Pas/Automovel/9BWDB09N5AP006837

Portaria n.º201804005230, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016258/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Laercio Pinheiro Natividade – CPF: 171.281.102-91
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713HJ3345283

Portaria n.º201804005232, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016256/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Luiz Paulo Borges Ferreira – CPF: 127.756.902-97
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/ETIOS SD PLATINUM/Pas/Automovel/9BRB29BT6G2094293

Portaria n.º201804005234, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016292/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Francisco Assis de Oliveira Silva – CPF: 108.997.402-78
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3/Pas/Automovel/8AP359A1DKU031025

Portaria n.º201804005237, de 17/08/2018 - Proc n.º 2018730016101/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Claudio Cunha Araujo – CPF: 277.523.302-30
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/COROLLA GLI18 CVT/Pas/Automovel/9BRBL3HE6J0125547

Portaria n.º201804005239, de 17/08/2018 - Proc n.º 122018730001869/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Salatiel Chaves da Costa – CPF: 579.244.812-49
Marca/Tipo/Chassi
RENAULT/DUSTER16E4X2/Mis/Camioneta/93YHSRAF5HJ522691

Portaria n.º201804005241, de 17/08/2018 - Proc n.º 82018730002388/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Lucivaldo Rozeno da Silva – CPF: 578.093.302-25
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ/Pas/Automovel/9BGJC7520JB265252
PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º201804005236, de 17/08/2018 - Proc n.º 0020187300163178/SEFA

Motivo: Revogar a concessão da isenção do IPVA ao veículo de 01/01/2017 a 31/12/2017
Base Legal: art. 1º, § 1º, IV c/c §§ 5º e 6º da Lei nº 6.017/96
revogação decorrente de transferência de propriedade em veículo beneficiado, placa qdd1733.

Interessado: Luiz Mariano de Castro Rodrigues – CPF: 104.797.242-53
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ/Pas/Automovel/9BGJC69E0FB223768

Protocolo: 350937

PROCESSO Nº: 002018730015899-9

**RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU/PA
ASSUNTO: RECURSO EM SEGUNDA INSTÂNCIA PARA
IMPUGNAR A PUBLICAÇÃO DO ÍNDICE PROVISÓRIO DE
COTA PARTE 2019, PUBLICADO ATRAVÉS DO DECRETO
2120, DE 28 DE JUNHO DE 2018.**

DO RELATÓRIO:

O Município de São Felix do Xingu apresentou Recurso (fls. 25 a 28) em face da decisão de primeira instância (fls. 33 a 34) que julgou improcedentes alguns pedidos do impugnante.

O Recorrente pugnou, em sua tese apresentada em 1ª instância, pelo:

- 1) recebimento da impugnação;
 - 2) seja computado para o índice de participação no ICMS de São Felix do Xingu, as DIEF's retificadas ou enviadas fora do prazo;
 - 3) sejam computadas no valor adicionado do Município, as Notas Fiscais de entrada referentes ao produto leite comercializado pelas empresas de laticínios, pois o mesmo não consta nas notas fiscais avulsas informadas para o impugnante. Afirma que as operações do leite in natura são diferidas, e deveriam ser computadas, de acordo com o artigo 3º, §2º, inciso I da LC 63/90, pois o produtor rural de leite in natura é isento da emissão de nota fiscal avulsa;
- Segundo suas alegações, o Grupo de Trabalho da Cota Parte do ICMS deveria computar tais operações diferidas, pois a nota fiscal de entrada é do estabelecimento que compra o leite, por determinação legal do diferimento, previsto no artigo 714 do RICMS/PA;

4) Seja computado para o valor adicionado do Município, as notas fiscais de entrada da empresa Vale S.A., alegando que a mesma produz e lança minério de níquel como entrada em sua DIEF, e o FG da produção do minério ocorreu no Município;

5) seja computado para o valor adicionado referente ao transporte, o valor de entrada lançado na DIEF das empresas de frigoríficos, alegando que o valor lançado não corresponderia ao transporte adquirido pelas empresas de frigoríficos.

Argumenta que o início do transporte ocorreu no Município de São Felix do Xingu, local da empresa contratante dos serviços, em que ocorreu o FG do ICMS, devendo a operação ser computada para a Impugnante, conforme disposto no artigo 3º, § 2º, inciso I da LC 63/90;

6) o cômputo do abate de bovinos CNAE 1011201 ao valor adicionado do Município;

7) o cômputo do abate de bovinos CNAE 1011201 ao valor adicionado do Município, descontando do valor adicionado o código CFOP 1949, pois o mesmo já teria sido computado na entrada da DIEF, uma vez que a legislação estadual exige que toda nota fiscal avulsa de bovinos seja acompanhada da nota de entrada do frigorífico, seria, portanto, duplamente contabilizada;

8) o acesso às informações que compõe o valor adicionado do Município, conforme decisão judicial proferida pelo M.M Juízo da 3ª vara de execução fiscal de Belém, nos autos do processo nº 0434644-48.2016.8.14.0301.

A decisão de 1ª instância julgou procedentes os seguintes pedidos do impugnante:

1) recebimento da impugnação;

2) se verificada a existência de novas declarações de retificação ou enviadas fora do prazo, as mesmas serão baixadas, incorporadas ao banco de dados desta Secretaria, processadas e computadas no cálculo do valor adicionado;

Os demais itens foram julgados improcedentes, sob os seguintes fundamentos:

3) quanto ao cômputo do valor adicionado das entradas do leite das empresas de laticínios, a julgadora afirma que foram computadas todas as Notas Fiscais eletrônicas emitidas como entradas para as indústrias de transformação.

4) referente ao valor adicionado das entradas da Cooperativa mista Agropecuária Tucumã Ltda., a decisão de 1ª instância informou que os valores das Notas Fiscais eletrônicas foram processados e contabilizados no valor adicionado;

5) quanto à solicitação de cômputo das entradas da DIEF da empresa Vale S/A, a julgadora aduz que, apesar do impugnante não ter apresentado documentos probatórios nos autos, os valores das entradas foram contabilizados conforme os documentos fiscais emitidos;

6 e 7) sobre o cômputo do valor adicionado das empresas frigoríficas, o GT justificou que todas as informações foram contabilizadas e o cálculo do índice de participação é realizado conforme o artigo 3º, §§ 3º e 4º da LC 63/90, com base nos documentos estabelecidos no decreto estadual 4478/2001, na IN 026/2014 e acompanhado pelo Grupo de Trabalho.

8) sobre o requerimento de acesso às informações a respeito do valor adicionado do Município, conforme decisão judicial, tal pedido foi indeferido sob o fundamento de que, respaldado em manifestação da Consultoria Jurídica desta Secretaria, a decisão citada pelo Recorrente não exarou qualquer determinação nesse sentido, inclusive declarou a extinção do processo, sem resolução do mérito, por incompetência do juízo. Além disso, o acesso às informações requeridas, segundo orientação da CONJUR e da Procuradoria Geral do Estado, deve observar o sigilo fiscal.

No presente recurso, o Município de São Felix do Xingu alega:

1) Que, quanto ao item 2 da impugnação, não possui os dados que comprovem o alegado porque o GT de cota parte não fornece informações e acesso às DIEF's, e que o Portal da prefeitura fornece apenas dados sobre os contribuintes ativos e dados do índice cota parte. Afirma que a DAIF apenas computa as DIEF's das empresas com inscrição estadual ativa, o que, segundo suas alegações, seria ilegal;

2) quanto ao valor adicionado das operações de leite in natura, alega que o estado do Pará não obriga o produtor rural a emitir nota fiscal avulsa, e que portanto, essa operação deveria ser computada ao valor adicionado;

3) Sobre o transporte, informa que possui empresas de frigorífico cujo código da atividade é 1011201, contratadas para transportar produto para outros estados, e que o fato gerador do ICMS em tal operação ocorre na origem. Requer que sejam computados os valores lançados e escriturados nas entradas das DIEF's nas empresas de frigorífico com códigos CFOP nº 2352 e nº 2932.

4) sobre o valor adicionado das entradas da empresa Vale S.A, alega que, conforme consta no documento oficial do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o minério de níquel é extraído dentro do território do Município de São Felix do Xingu;

5) afirma que o valor adicionado referente às empresas frigoríficas, abate de bovinos CNAE 1011201, não foi devidamente computado, devendo ser descontadas das entradas das DIEF's o Código CFOP Nº 1949, pois estaria lançado em duplicidade.